

## **SÓCRATES PEDE INDEMNIZAÇÃO AO ESTADO**

### **CHEGA NÃO O DEIXA "ROUBAR MAIS"**

ATUALIDADE PAG.02





© FOLHA NACIONAL

SÓCRATES QUER (MAIS) DINHEIRO DO ESTADO

# ANDRÉ VENTURA “NÃO DEIXA ROUBAR MAIS”

*Parece mentira, mas a verdade é que José Sócrates alegou que a Operação Marquês foi ressuscitada através de um alegado “lapso de escrita” e agora quer ser indemnizado pelo Estado português.*

FONTE FOLHA NACIONAL

“Se for primeiro-ministro, jamais darei um cêntimo a José Sócrates”. As palavras são proferidas pelo Presidente do CHEGA, o segundo maior partido português, no mesmo dia em que José Sócrates, o antigo primeiro-ministro, apresentou uma queixa contra o Estado português, no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. De acordo com o Diário de Notícias, José Sócrates alegou, nesta terça-feira, que o processo da ‘Operação Marquês’ foi ressuscitado através de um alegado “lapso de escrita” detetado em 2024, que permite que os prazos de prescrição tenham sido manipulados, contrariando uma decisão de 2021 que já o tinha considerado ilibado de crimes graves.

“Um ex-primeiro-ministro, acusado de ter roubado milhões de euros ao Estado e a todos nós, quer colocar o Estado português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, alegando ter sido maltratado e exigindo uma indemnização do Estado. Isto é, verdadeiramente, gozar com os contribu-

tes e com Portugal”, alegou o líder do CHEGA aos jornalistas.

Para o CHEGA, este é mais um exemplo de “autossabotagem do sistema judicial”, num país onde “a política e o apadrinhamento partidário alimentam tratamentos privilegiados”, defendendo que “o dinheiro dos contribuintes nunca deve servir estes escorregadios truques políticos”.

“É inacreditável que quem foi arguido por dezenas de crimes e só escapou por subterfúgios legais venha agora exigir indemnizações. É preciso coragem para o dizer: isto é inadmissível”, concluiu Ventura.

Sócrates exige uma compensação pelos “prejuízos morais e financeiros” sofridos, embora não tenha ainda especificado o montante. No passado, já havia pedido indemnizações: em

2020, reclamou 50 mil euros por alegado “mau funcionamento da administração de justiça” devido à demora da investigação da Operação Marquês, recorda o Observador. Mas, até ao momento, nenhum valor foi atribuído. Num comunicado, Sócrates sublinha

que o Tribunal da Relação, em 2024, alterou, com fundamento num “suposto erro formal”, o prazo de prescrição, reabrindo o processo quatro anos depois de o juiz Ivo Rosa ter considerado todas as acusações “fantasiosas e prescritas”. O antigo governante lamentou ainda a

“campanha mediática” contra si, alegadamente suportada por entrevistas preconceituosas, como aquela conduzida pelo juiz Carlos Alexandre.

Recorde-se que o atual processo decorre num contexto já familiar no



**Um ex-primeiro-ministro, acusado de ter roubado milhões de euros ao Estado e a todos nós, quer colocar o Estado português no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, alegando ter sido maltratado e exigindo uma indemnização do Estado.”**

caso Sócrates. Em 2017, o ex-primeiro-ministro processou o Estado por demoras excessivas – o inquérito demorou 42 meses, muito além dos 18 permitidos por lei – e pretendia ser ressarcido pelos danos, sem definir ainda o valor, tal como explica o jornal Expresso.

Este tipo de ações administrativas não interrompe o processo penal, pelo que a queixa ao Tribunal Europeu não afeta o julgamento que deverá decorrer em breve. A argumentação centra-se, sobretudo, na alegada violação dos direitos à presunção de inocência, igualdade de tratamento e ao devido processo legal.

Nos últimos anos, surgiram outros casos notórios de indemnizações contra o Estado – não raras vezes por decisões administrativas. Em 2016, o jornal Expresso venceu uma ação por recusa injustificada de entrevista a Sócrates, com pagamento de indemnização a acordar.

A leitura do Presidente do CHEGA é clara: “Portugal já foi várias vezes condenado no Tribunal Europeu, a Justiça tem de fazer o seu caminho e os políticos não devem interferir no caminho da Justiça. Porém, eu, se for primeiro-ministro, recuso-me a pagar um cêntimo sequer a José Sócrates e o Tribunal Europeu fará o que entender. Não pode haver nenhum tribunal no mundo, com o mínimo de decência, que condene Portugal a dar uma indemnização a José Sócrates.”

A queixa de Sócrates chega ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, onde deverá entrar num processo que pode durar anos. Entretanto, o julgamento da Operação Marquês mantém-se em aberto, apesar da queixa extrajudicial. O CHEGA anuncia que acompanhará o desenvolvimento de ambas as frentes – com especial atenção ao possível recurso a fundos públicos.

## Salgado fez chegar 29 milhões a Sócrates

Segundo o canal NOW, José Sócrates terá usado a sua influência para travar a OPA da Sonae à Portugal Telecom, favorecendo o grupo BES, que beneficiou com lucros adicionais. As transferências começaram em 2006 e 2007, com nove milhões de euros enviados para uma conta suíça em nome do primo, José Paulo Pinto de Sousa, figura central no caso Freeport. Sócrates acumulava 34 milhões numa conta em nome do amigo Carlos Santos Silva, dos quais 29 milhões tinham origem no BES, então liderado por Ricardo Salgado.

## AD: CORAGEM OU RECUO?



**RICARDO DIAS PINTO**  
SUB-DIRETOR DO FN

O Governo da AD enfrenta um momento crucial, questionando-se sobre a sua coragem ou recuo. No dia em que é lançada esta edição da “Folha Nacional”, o Parlamento tem agendado o debate da Proposta de Lei n.º 1/XVII/1.ª, que propõe alterações à Lei da Nacionalidade. Esta iniciativa, conforme amplamente reconhecido, copia significativamente princípios do CHEGA, num esforço para tentar conter o seu crescimento, numa esperança vã de que a cópia se sobreponha ao original. Contudo, antevê-se que o PS tente negociar para “aligeirar” a proposta, o que, na prática, se traduziria numa alteração meramente superficial, mantendo a essência da prática actual. Surge, assim, a interrogação sobre se, no final, o Governo e os partidos que o sustentam, optarão por alinhar com o que é considerado correto, seguindo a abordagem do CHEGA, ou se irão ceder à sua inclinação de discursar à direita e governar à esquerda. Para breve, está igualmente prevista a discussão sobre o tão falado reagrupamento familiar, um tema onde se prevê um desenrolar idêntico. Apesar da aparente reviravolta, facto é que Luís Montenegro tem demonstrado uma postura desapontante no seu mandato como Primeiro-Ministro, evidenciando um receio constante do Partido Socialista e dos seus congéneres de extrema-esquerda, mas também, em certa medida, a sua convicção pessoal. O “wokismo”, o “politicamente correto” e os “tiques” de esquerda parecem intrínsecos à sua conduta! Um exemplo disso é a repetição sistemática, em cada discurso, da expressão “portugueses e portuguesas”, uma calinada gramatical calculada para agradar às esquerdas. Contudo, em todo este cenário, existe uma leitura que deveria ser primordial, mas que geralmente acaba por ser secundária: numa era em que as minorias ditam as regras e as maiorias as acatam, é imperativo “virar o jogo” e questionar os portugueses sobre as suas verdadeiras aspirações. Isto porque, na realidade, estas são decisões que irão impactar a vida dos portugueses por inúmeras gerações, exigindo, por isso, uma tomada de decisão com absoluta consciência. A nacionalidade não pode ser mercantilizada como um serviço ou bem, e a vida no país não pode ser comprometida por excessos, abusos, ilegalidades ou mesmo “percepções”. Estaremos atentos!



© FOLHA NACIONAL

## GRÁVIDA FOI A CINCO HOSPITAIS, MAS BEBÉ MORREU

# MAIS UM BEBÉ QUE MORRE, MAS MINISTRA NÃO SAI

*Grávida perde bebé após ter passado por cinco hospitais diferentes ao longo de 13 dias. Ministra da Saúde recusa demitir-se e André Ventura questiona “para onde vai o dinheiro que gastamos com a saúde”?*

FONTE FOLHA NACIONAL

**U**ma mulher de 27 anos, grávida de 40 semanas, perdeu o bebé no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, após ter recorrido a cinco hospitais diferentes ao longo de 13 dias, acabando por ter um desfecho trágico. De acordo com a família, que contou o sucedido ao jornal Correio da Manhã, a mulher procurou assistência em várias unidades hospitalares devido a dores e sinais de trabalho de parto, mas não lhe foi garantida uma resposta adequada nem um internamento. A primeira ida ao hospital ocorreu a 10 de junho, quando contactou a linha SNS24 devido a dores abdominais intensas e foi encaminhada para o Hospital de Setúbal onde lhe disseram que estava tudo bem. Seis dias depois, a mulher voltou a sentir dores e foi ao Hospital do Barreiro, onde também lhe foi dito que estava tudo bem e, três dias depois, foi vista no Garcia de Orta, em Almada. A 21 de junho foi encaminhada para o Hospital de Cascais onde não havia vaga para internamento e, apenas após recusar regressar a casa, foi transportada de ambulância para o Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Nesse hospital, foi finalmente internada e teve o parto induzido, mas dois dias depois, os médicos optaram por realizar uma cesariana, devido a um crescimento intrauterino inferior ao esperado. A bebé, que nasceu com 4,5 kg, apresentou batimentos cardíacos fracos e sinais de sofrimento fetal, acabando por não resistir, como conta o CM. O pai da bebé denunciou publicamente o caso, afirmando que “a mãe está destruída”. O caso reacendeu o debate sobre a sobrecarga do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente nas urgências materno-infantis. Em resposta, a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, afirmou na terça-feira assumir “toda a responsabilidade política” pelo ocorrido, mas recusou demitir-se, declarando que estão em curso medidas para reforçar os cuidados obstétricos. A Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS) anunciou que vai acompanhar a avaliação dos cinco hospitais envolvidos na

assistência prestada à grávida, acrescentando que as unidades hospitalares “estão a avaliar a situação, no âmbito das competências dos respetivos órgãos de gestão”. André Ventura, Presidente do CHEGA, reagiu ao caso e às declarações da ministra da Saúde, afirmando que “a antiga ministra da Saúde se despediu por menos” e que



**É tempo de a ministra da Saúde assumir a sua responsabilidade, porque já é constrangedor assistirmos diariamente a novas falhas na saúde. A ministra devia sair e deixar alguém com capacidade governar o Ministério da Saúde**

“é uma vergonha o que está a acontecer”.

“É tempo de a ministra da Saúde assumir a sua responsabilidade, porque já é constrangedor assistirmos diariamente a novas falhas na Saúde. A ministra devia sair e deixar alguém com capacidade governar o Ministério da Saúde. Não nos bastam palavras enquanto seres hu-

manos continuam a morrer”, acrescentou. Ventura criticou ainda o défice na saúde, que já ultrapassa os 1.300 milhões, conforme se lê na categoria País desta edição, questionando “para onde vai o dinheiro que gastamos com a saúde” quando continuam a existir falhas graves.

## AUTÁRQUICAS 2025: CHEGA ANUNCIA NOVOS CANDIDATOS

FONTE FOLHA NACIONAL

O partido CHEGA tem vindo a reforçar a sua aposta no poder local e na proximidade com os cidadãos, apresentando os

seus candidatos para as eleições autárquicas de 2025.

Os candidatos estão preparados para oferecer uma nova visão para as suas autarquias e compromete-



tem-se a trabalhar de forma incansável por um futuro mais promissor para os seus municípios. Neste sentido, o partido CHEGA revela que a deputada Felicidade Vital será candidata à Câmara Municipal de Torres Vedras. Destacam-se ainda as apostas em Tatiana Horta para a Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha, João Câmara para a Câmara Municipal de Ribeira Grande, José Nunes para a Câmara Municipal da Sertã, Lílina Moreira para a Câmara Municipal de Almeida e Fernando Cortes para a Câmara Municipal de Aljezur.

## ALTERAÇÕES À LEI DA NACIONALIDADE

# LÍDER DA OPOSIÇÃO EXIGE FIM DO REGIME ESPECIAL DA CPLP



© FOLHA NACIONAL

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Presidente do CHEGA exigiu a revogação do acordo, no âmbito da CPLP, que permite residência após entrada com visto de turismo ou de estudante, e insistiu na perda da nacionalidade para quem cometa crimes. André Ventura referiu que estas medidas do CHEGA serão debatidas, no Parlamento, em conjunto com as propostas do Governo que alteram a lei da nacionalidade e o regime de imigração em Portugal. No plano político, deixou um aviso ao Governo: “Só cumprindo desígnios fundamentais, com medidas concretas que não sejam de papel, é que o CHEGA estará disposto a assumir uma aproximação e a trabalhar para que o país mude efetivamente nos próximos meses”. No que respeita ao regime de permanência de imigrantes em território nacional, o líder do CHEGA adiantou que o seu partido quer quatro mudanças de fundo, uma delas a revogação do regime especial assinado por Portugal no quadro

da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). “É preciso evitar que pessoas possam vir como turistas ou como estudantes e aqui fiquem automaticamente com pedidos de residência legais durante muitos mais anos. É uma fraude à lei que temos de combater e estamos a falar de um universo de pessoas de cerca de 300 milhões”, justificou. André Ventura considerou também essencial que quem entrar ilegal em Portugal não possa mais tarde ser regularizado. “Quem entrar ilegal tem de sair e voltar a entrar de forma legal. Permitir legalizações extraordinárias ou regularizações extraordinárias é um chamariz à imigração ilegal”, advogou. André Ventura disse ainda que o CHEGA vai insistir no regime de quotas para a entrada de imigrantes e, por outro lado, “desafiara o Governo para que o reagrupamento familiar seja mais limitado”, afirmando que “permitir que o reagrupamento familiar seja pedido ao mesmo tempo que se está a pedir a residência é mais uma vez uma fraude à lei”.

## NOVO ESCÂNDALO NO PS

# PRESIDENTE DE GAIA PERDE MANDATO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Tribunal Constitucional (TC) confirmou, em conferência, a decisão definitiva de perda de mandato do presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, do PS, por uso indevido de um carro deste município do distrito do Porto. A decisão surge na sequência da reclamação do autarca socialista para a conferência do TC, após este tribunal ter confirmado, em decisão sumária, o acórdão do Tribunal da Relação do Porto que manteve, em outubro de 2024, a condenação de perda de mandato, decidida pelo Tribunal de

Vila Nova de Gaia (tribunal de primeira instância), em novembro de 2023. O TC acordou, em conferência da 1.ª Secção, “indeferir as reclamações apresentadas pelos reclamantes”, Eduardo Vítor Rodrigues e a sua mulher, também condenada neste processo, e, “em consequência, confirmar a decisão sumária” proferida pelo TC, em maio deste ano.

A decisão do TC não é passível de recurso, passando a liderança da autarquia, a partir da última terça-feira, para a atual vice-presidente, Marina Mendes.

## CONSULTA PÚBLICA DE RENDIMENTOS E BENS?

# MONTENEGRO DIZ NÃO À TRANSPARÊNCIA

FONTE LUSA | FN TÍTULO FN

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, submeteu pedidos de oposição à consulta pública das suas declarações de rendimentos, que está suspensa até uma decisão final do Tribunal Constitucional, divulgou a Entidade para a Transparência (EpT). Estes pedidos foram confirmados à Lusa pela EpT em resposta, por escrito, a pedidos de esclarecimento sobre o acesso às declarações únicas de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos de Luís Montenegro. A Entidade da Transparência explica que o teor destes requerimentos en-

contra-se sob sigilo, confirmando apenas os pedidos de oposição à consulta pública por parte do primeiro-ministro e que estes requerimentos e o acesso às declarações de Luís Montenegro estão dependentes de apreciação pelo Tribunal Constitucional, não adiantando qualquer data para a resolução do processo.

Para André Ventura, presidente do CHEGA, este é um indício de que o primeiro-ministro “tem alguma coisa a esconder” e de que este tem uma “noção de democracia e transparência muito fraca”.

## CONTAS DA SAÚDE EM QUEDA LIVRE. DÉFICE JÁ ULTRAPASSA OS 1.300 MILHÕES

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) registou em 2024 um défice de cerca de 1.377 milhões de euros, representando uma deterioração de 741 milhões relativamente a 2023, anunciou o Conselho das Finanças Públicas (CFP). "Entre 2015 e 2024, o saldo



do SNS foi sistematicamente negativo, atingindo em 2024 o valor mais elevado, ultrapassando mesmo os níveis registados durante o período de pandemia, não obstante o orçamento aprovado prever um saldo nulo", alerta o relatório sobre o desempenho do serviço público de saúde no último ano.

Os dados do CFP indicam também que a dívida a fornecedores do SNS aumentou 237 milhões de euros em relação a 2023, situando-se nos 1,4 mil milhões de euros, um acréscimo que resulta de um aumento da dívida vincenda em 395 milhões de euros.

EM FOCO



## INVASÃO NAS MATERNIDADES!

# MAIS DE UM QUARTO DOS BEBÉS SÃO ESTRANGEIROS

FONTE FOLHA NACIONAL

Portugal está a mudar e nas maternidades o sinal é claro: mais de um em cada quatro bebés nascidos em 2024 são filhos de mães estrangeiras. Os dados foram divulgados a 18 de junho de 2025 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e

mostram um país em transformação. De acordo com o relatório, 26,3% dos partos registados em todo o território nacional foram de mulheres estrangeiras, uma percentagem que dispara para valores bombásticos em algumas zonas do país. O fenómeno é particularmente

visível no Algarve e na Grande Lisboa, onde há concelhos em que os partos de mães estrangeiras já ultrapassam, e de forma clara, os de mães portuguesas. Aljezur a liderar: quase sete em cada 10 partos são de mães estrangeiras. A vila costeira de Aljezur bate todos os

recordes, com impressionantes 68,4% dos nascimentos a serem de mães estrangeiras. Logo atrás surgem Vila do Bispo, com 64,7%, Odemira (62,5%) e Albufeira (52,8%). Nestes concelhos do Algarve, o perfil das maternidades está a tornar-se cada vez mais internacional. Brasileiras, cabo-verdianas, nepalesas e mulheres oriundas da Europa de Leste são agora as protagonistas da nova vaga de mães que escolhem Portugal para viver e dar à luz. A tendência é igualmente forte na Área Metropolitana de Lisboa, onde municípios como Amadora (48,1%), Entroncamento (47,2%) e Odivelas (45,5%) estão a um passo de ultrapassar a fasquia dos 50%.

No interior do país, destaca-se Pedrógão Grande, com uma taxa de 50% de nascimentos de mães estrangeiras — um valor que revela mudanças profundas mesmo nas regiões menos populosas. Este aumento expressivo está inserido num contexto mais amplo de transformação demográfica e social em Portugal. Segundo dados do Eurostat, o país registou, nos últimos anos, um saldo migratório positivo, com mais entradas do que saídas, o que tem contribuído decisivamente para atenuar o envelhecimento da população e o declínio da natalidade. O INE estima que, em 2024, mais de 800 mil residentes em Portugal eram estrangeiros, o que representa cerca de 8% da população total.

## EX-MOTORISTA DE CABRITA ATROPELAMENTO MORTAL: SENTENÇA LIDA A 14 DE JULHO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Tribunal de Évora marcou para 14 de julho a leitura da sentença do ex-motorista do antigo ministro socialista da Administração Interna Eduardo Cabrita, no caso do atropelamento mortal de um trabalhador na Autoestrada 6 (A6). A procuradora do Ministério Público (MP) considerou que os factos que constam no despacho de pronúncia "encontram-se provados", pelo que o arguido "deve ser condenado por homicídio por negligência". Em relação à qualificação do crime, a magistrada do MP deixou ao critério do tribunal, propondo a condenação do arguido a "pena de prisão suspensa".

## BALCÕES REFORÇADOS EM LISBOA E PORTO CORRIDA À NACIONALIDADE EM PORTUGAL

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Governo reforçou os recursos da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa com quatro assistentes técnicos e do Arquivo Central do Porto com sete, uma medida para acelerar a tramitação de pedidos de nacionalidade.

"A partir de 1 de julho, em Lisboa, o IRN [Instituto de Registos e Notariado] reforça os recursos humanos da Conservatória dos Registos Centrais, passando a contar com o apoio de mais quatro assistentes técnicos. No Porto, o Arquivo Central do Porto será reforçado com uma equipa de sete

assistentes técnicos, para acelerar a entrada no sistema dos pedidos apresentados por correio e a tramitação dos pedidos pendentes", anunciou a tutela.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado já tinha alertado para o aumento de pedidos de nacionalidade provocados por eventuais alterações à lei, considerando que as alterações anunciadas à lei de nacionalidade estão a provocar uma "corrida às conservatórias" para submissão de novos pedidos, a juntar aos 700 mil já pendentes a nível nacional.

## DESCOLONIZAÇÃO SEM RETROCESSO PORTUGUESES RECUSAM PEDIR DESCULPA

FONTE FOLHA NACIONAL

Uma sondagem da Universidade Católica, encomendada pela RTP e pela Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, revela que 58% dos portugueses consideram que o país não deve apresentar um pedido formal de desculpas às antigas Províncias Ultramarinas pelo período colonial, enquanto apenas 35% defende o contrário. Recorde-se que, sobre o tema, o partido CHEGA sempre foi incisivo. No Dia de Portugal, Ventura garantiu que "Portugal não vai devolver nada" e que, se tal fosse feito, "tinham que devolver os milhões que os portugueses investiram em escolas, hospitais, estradas e cultura."

UM TERÇO DOS TRABALHOS SÃO ANTIGOS

# MILHARES DE PORTUGUESES COM EMPREGO 'VITALÍCIO'



FONTE LUSA TÍTULO FN

Cerca de um terço dos trabalhos em Portugal são "antigos", ou seja, são desempenhados há 20 anos ou mais, de acordo com um estudo que será apresentado no Fórum do Banco Central Europeu (BCE), em Sintra. Segundo o estudo elaborado por Benjamin Schoefer, estes empregos de longa duração são raros nos EUA, correspondendo a pouco menos de 9% dos trabalhos, mas chegam a ficar acima de 30% em alguns países europeus, como Grécia, Itália e Portugal. Por outro lado, os EUA têm a maior fatia de empregos "jovens", com 20% dos trabalhadores a afirmar que começaram a trabalhar há menos de um ano, sendo que nenhum país na Europa supera este ritmo de rotatividade do mercado de tra-

balho. Neste 'paper', que será discutido numa sessão, na terça-feira, dia 01 de julho, no Fórum do Banco Central Europeu, falou-se ainda dos contratos com termo certo, cuja utilização apresenta uma grande variação nos países europeus, mesmo dentro de "grupos de países". Estes contratos "são proeminentes na maioria dos países 'mediterrânicos' (Portugal, Itália, Espanha e França) — mas menos na Grécia", concluiu o investigador, enquanto dentro do 'cluster' 'continental' são um pouco menos utilizados na Áustria do que na Alemanha. Já os países nórdicos "teste-

munharam um aumento nos contratos a termo certo, mesmo na Dinamarca, cujo sistema de 'flexigurança' [contração das palavras flexibilidade e segurança]



**Os contratos com termo certo "são proeminentes na maioria dos países 'mediterrânicos' (Portugal, Itália, Espanha e França) — mas menos na Grécia", concluiu o investigador**

talvez fosse esperado que acomodasse a rotatividade também nos contratos a termo incerto". O Fórum do Banco Central Europeu é um evento de três dias que decorreu de 30 de junho a 02 de julho em Sintra e junta

algumas das principais figuras da política monetária, incluindo o presidente da Reserva Federal dos EUA, Jerome Powell, e o governador do Banco de Inglaterra, Andrew Bailey.

“ OPINIÃO

BURCAS, NÃO!



**PATRÍCIA ALMEIDA**  
DEPUTADA

Para muitos, o uso da burca é uma escolha pessoal e uma expressão legítima da fé islâmica. Argumentam que a sua proibição seria uma violação dos direitos individuais e da liberdade religiosa, a que algumas alas ideológicas gostam de chamar de "islamofobia". No entanto, é fundamental questionar até que ponto essa "escolha" é genuinamente livre, especialmente em contextos onde a pressão social e cultural, ou até mesmo familiar, pode ser avassaladora para as mulheres. No Irão, por exemplo, o testemunho da mulher vale metade comparado com o do homem. Não tenho grandes dúvidas de que a burca é um símbolo de submissão. Ela não se alinha com os valores de igualdade e empoderamento feminino que defendemos. A ideia de que uma mulher deve cobrir-se completamente para preservar a sua intimidade ou para evitar a tentação masculina é, no mínimo, redutora e, profundamente misógina. O uso da burca, ao ocultar a identidade da mulher, torna-a invisível. Impede a interação plena e igualitária, dificultando a sua integração na sociedade e limitando a sua participação cívica e profissional. Numa sociedade que preza a transparência e a comunicação aberta, a ocultação do rosto, e do corpo, é um obstáculo à plena vivência em sociedade. Em Portugal, conquistámos, ao longo de séculos, a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres. Não podemos permitir que o nosso país seja palco de práticas que veiculam uma mensagem de inferioridade feminina, que contraria frontalmente a nossa Constituição e o nosso modo de vida. Jamais devemos aceitar que em Portugal, e sob o argumento da aceitação ideológica, cultural, religiosa, as mulheres, independentemente da sua nacionalidade, sejam tratadas com inferioridade, diminuídas, caladas. Não podemos compactuar com a normalização de práticas incompatíveis com os nossos valores e que estas se estabeleçam e sejam aceites. A proibição da ocultação do rosto em espaços públicos, não se trata de uma medida contra qualquer religião, mas sim de uma medida de defesa da nossa cultura, dos nossos valores e da nossa segurança. A proibição da burca é um passo essencial nessa direção, um sinal claro de que em Portugal, os nossos valores, a nossa cultura, estão acima de tudo, e que a mulher é igual em direitos e deveres, em opinião e oposição, e que jamais é inferiorizada e subjugada pelo simples facto de ser mulher.

ALERTA NO BOLSO

## INFLAÇÃO VOLTOU A SUBIR NO MÊS PASSADO

FONTE LUSA TÍTULO FN

A taxa de inflação homóloga terá aumentado para 2,4% em junho, mais 0,1 pontos percentuais do que no mês anterior, segundo a estimativa rápida divulgada, na segunda-feira, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O indicador de inflação subjacente, que exclui produtos com preços mais voláteis, como alimentos não transformados e energia, terá também registado uma variação de 2,4% em junho, acima dos 2,2% registados no mês anterior. Os dados definitivos referentes ao IPC de junho serão publicados pelo INE no dia 10 de julho.

OVOS DE OURO

## PREÇO DISPARA QUASE 28% EM SEIS MESES

FONTE LUSA TÍTULO FN

A meia dúzia de ovos ficou mais cara quase 28% desde janeiro, atingindo os 2,06 euros no final de junho, segundo dados da Deco enviados à Lusa. O preço da meia dúzia de ovos estava em 1,61 euros no dia 01 de janeiro e atingiu os 2,06 euros em 25 de junho, verificando-se, assim, um aumento de 27,95% ou de mais 45 cêntimos, revelaram os dados compilados pela Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor. O maior aumento verificou-se no primeiro trimestre, com o preço a agravar-se 27,3% desde janeiro e até 26 de março.

Neste período, a meia dúzia de ovos encareceu 44 cêntimos. Ainda assim, desde o início do ano e até 12 de março, este valor não passou dos 1,70 euros. Entre 26 de março e 16 de abril, o valor manteve-se estável nos 2,05 euros. Já no dia 23 de abril atingiu um máximo de 2,07 euros, que se repetiu em 14 de maio, 11 e 18 de junho. No segundo trimestre, o preço de uma caixa com meia dúzia de ovos aumentou um cêntimo, passando de 2,05 para 2,06 euros.

## LIBERDADE EM RISCO: O CAVALO DE TROIA EUROPEU

Como pessoa que viveu na primeira pessoa a luta pela liberdade de expressão em Portugal, recuso-me a assistir calado à sua erosão disfarçada de progresso. O



ANTÓNIO TÁNGER CORRÊA  
EURODEPUTADO

chamado “European Media Freedom Act” e a “Digital Services Act” não são garantias de liberdade — são o seu cavalo de Troia. Quando Bruxelas se arroga o poder de condicionar conteúdos jornalísticos, financiar seletivamen-

te os media e impor filtros automáticos às plataformas digitais, não estamos a defender o pluralismo — estamos a policiá-lo. Assistimos diariamente, por toda a Europa, a casos de supressão coerciva de opiniões legítimas: cidadãos são censurados por publicarem factos que contrariam narrativas oficiais; jornalistas independentes são desmonetizados; contas são suspensas e conteúdos “moderados” por algoritmos que ninguém elegeu. É o novo

índice de livros proibidos, digital e silencioso. Moderar, no vocabulário digital atual, significa suprimir aquilo que incomoda. A liberdade de expressão não é negociável. É o pilar central da democracia. Quando o Estado — ou a União Europeia — se torna árbitro da verdade, está aberta a porta ao autoritarismo. Não descansarei enquanto esta deriva não for travada. A liberdade não se concede. Defende-se.

## BRUXELAS FORÇA IDEOLOGIA A BUDAPESTE

# VON DER LEYEN QUER QUE ÓRBBAN AUTORIZE PARADAS LGBTQ+



© FACEBOOK/COMISSÃO EUROPEIA

FONTE FOLHA NACIONAL

**N**um vídeo divulgado na semana passada, Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, fez um apelo direto ao governo húngaro liderado por Viktor Orbán para que permita a realização da Parada do Orgulho LGBTQ+, que decorreu em Budapeste a 28 de junho. A declaração surge após a decisão do executivo húngaro, detentor de maioria parlamentar, de proibir manifestações LGBTQ+, alegando a proteção dos valores tradicionais e da infância. A intervenção de Bruxelas reacendeu o debate sobre os limites da soberania nacional na União Europeia.

Von der Leyen, que se autodeclara aliada da comunidade LGBTQI+, descreveu o impedimento à marcha como “inaceitável” e apelou ao respeito pela diversidade. No entanto, a sua posição levanta questões sensíveis: trata-se de defender direitos humanos ou de

impor uma visão sociopolítica a um Estado-Membro soberano? A Hungria vê estas iniciativas como tentativas de uniformização ideológica e pressão sobre governos que seguem caminhos democráticos distintos da linha dominante em Bruxelas, tendo já enfrentado outros processos por alegadas violações do Estado de direito. O partido Fidesz, de Orbán, garante que os direitos fundamentais estão salvaguardados e que a proibição incide apenas sobre a exibição pública de conteúdos considerados ideológicos e dirigidos a menores. O episódio expõe o atrito entre a agenda ideológica das instituições europeias e a autonomia das nações que, legitimamente eleitas, seguem políticas mais conservadoras. O equilíbrio entre unidade europeia e respeito pela soberania continua em tensão, com a Hungria a recusar ceder o controlo das suas decisões internas a Bruxelas.

## GOVERNADOR DE GOIÁS AVISA PCC FORTALECE PRESENÇA EM PORTUGAL

FONTE LUSA TÍTULO FN

O governador do estado brasileiro de Goiás advertiu as autoridades portuguesas “que não baixem a guarda” contra organizações criminosas brasileiras que estão a instalar-se com força em Portugal. Ronaldo Caiado frisou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) “passou a recrutar em maior número aqui em Portugal”. “O PCC hoje está instalado em 24 países e o maior ponto na Europa é aqui em Portugal”, e “com a facilidade da língua eles vão invadir muito mais”, advertiu Caiado, um dos principais nomes para assumir o ‘bolsonarismo’ nas eleições presidenciais de 2026.

## MÃO PESADA DE TRUMP ONG ACUSADAS DE DISTÚRBIOS PERDEM FINANCIAMENTO

FONTE LUSA TÍTULO FN

O Governo norte-americano anunciou que vai cortar o financiamento federal para Organizações Não Governamentais (ONG) envolvidas em distúrbios. O líder republicano considerou que os referidos grupos, que não identificou, usam o dinheiro do Estado para “incitar distúrbios, incendiar ou destruir uma cidade” e depois voltam para pedir fundos “para ajudar a reconstruí-la”. “CHEGA DE DINHEIRO!!!”, escreveu na rede social. A administração republicana anunciou que também vai aumentar as penas para agressões a agentes federais e para a obstrução de operações federais de imigração.

## RAPTADAS E “RUSSIFICADAS” UCRÂNIA EXIGE ATENÇÃO MUNDIAL PARA CRIANÇAS

FONTE LUSA TÍTULO FN

A Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), reunida esta semana no Porto, pediu “atenção internacional urgente” para o rapto, deportação e “russificação” de crianças ucranianas. Num relatório divulgado durante a sessão anual do organismo, que decorreu no Porto, a relatora especial da equipa de apoio parlamentar da Assembleia Parlamentar da OSCE para a Ucrânia, Carina Ödebrink, pediu “medidas resolutas para garantir a responsabilização pelos sequestros

de crianças ucranianas” e para manter a situação destes menores como “uma alta prioridade”. “A Ucrânia não será livre enquanto as suas crianças não forem localizadas e devolvidas”, afirmou, citada no relatório. Segundo a relatora, muitas das crianças são forçadas a passar por esforços intensos para apagar a sua identidade ucraniana e são sujeitas à “russificação” e militarização, incluindo serem forçadas a falar russo, cantar o hino nacional russo, participar em marchas militares e manusear armas de fogo.

## ÚLTIMAS

MINISTRA DA SAÚDE  
OUVIDA NO PARLAMENTO

O Parlamento aprovou os requerimentos apresentados pelo CHEGA e pela IL, que solicitavam a audição urgente da ministra da Saúde, Ana Paula Martins, relativamente às cirurgias adicionais realizadas no serviço de Dermatologia do Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Os requerimentos foram aprovados por unanimidade na Comissão de Saúde.

HÁ MAIS TRANSFERÊNCIAS  
PARA PARAÍSO FISCAIS

As transferências de clientes com contas bancárias em Portugal para instituições financeiras localizadas em paraísos fiscais aumentaram em 2024 para cerca de 8.000 milhões de euros. A Suíça, Hong Kong e os Emirados Árabes Unidos continuam a ser as três jurisdições para onde seguem mais fluxos de capitais.

UBER EXCLUSIVO PARA  
MULHERES EM LISBOA

Os utilizadores da Uber vão poder escolher se querem viajar apenas com motoristas femininas, mas também será possível optar por transportar apenas mulheres. O 'Women Drivers' entra em funcionamento para a semana. O lançamento em Portugal surge, de acordo com a Uber, após a implementação deste produto noutros mercados europeus.

SICÍLIA COM CENTRO DE  
FORMAÇÃO DE PILOTOS

A ilha italiana da Sicília vai acolher o primeiro centro de formação para pilotos de caças F-35 fora dos Estados Unidos, anunciou o ministro da Defesa de Itália, Guido Crosetto. "Precisamos de uma defesa forte sobretudo para garantir a paz e a segurança, porque não há democracia sem paz e segurança", declarou o ministro.

## PORTUGAL REAL



© CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

## CHEGA EM LISBOA COM MÃO PESADA

MESQUITA NA MOURARIA?  
NÃO, NÃO E NÃO!

FONTE FOLHA NACIONAL

Desde o início do mandato autárquico (2021-2025), o grupo municipal do CHEGA elegeu como prioridades políticas a defesa do património, as regras de cidadania e o bem-estar dos lisboetas, começando por reverter a famigerada mesquita da Mouraria, que foi bandeira eleitoral do partido. Segundo Bruno Mascarenhas, líder do grupo municipal e candidato à Câmara Municipal de Lisboa, "a nossa posição relativamente à construção da mesquita na Mouraria sempre foi claríssima, sempre fomos contra."

A bancada do CHEGA "tem feito vários alertas, nomeadamente sobre a fraude na emissão de atestados de residência", referiu Bruno Mascarenhas, reforçando que "temos feito várias propostas na Assembleia Municipal e vários alertas relativamente à situação da imigração descontrolada no Martim Moniz e Rua do Benfornoso." Foi apresentado um relatório em que o líder da bancada do CHEGA defende que "estas comunidades não merecem o prémio atribuído pelos contribuintes para a construção de um local de culto."

HÁ  
DOIS  
ANOS  
FOI  
ASSIM

## SOPA DE LETRAS

E O M O S V E D C R F E B A O  
R H R D Z I D E G V U S A I S  
E C S U T O A L M I I R C U E  
S A A E O L D N R T D G W I O  
E R I C D E I T U A A P L R C  
M I C N E N L C A L R S I S A  
A S N D D C A E N I O A A R Z  
T I E I L I N U R C E T P U I  
E C R N A A O A V I N C I S N  
R I E H D O I F T O S P C S A  
N L F E I E C N C S O T P I G  
I I S I V U A M C S V E I F R  
D A N R A K N C A P A P T I O  
A F A O R N R M N N L D S C C  
D L R K G P T O E E D P C A N  
E S T I D O F N C I T A M C E  
A O L C D A U T L D I N T A W  
O D I S T U R B I O S S E O T  
E N O S L O B A U F T O C S R  
H L S O T N E M I D N E R A O

## PALAVRAS

- |                  |                    |
|------------------|--------------------|
| 1. Dinheiro      | 10. Violência      |
| 2. Grávida       | 11. Vitalícios     |
| 3. CPLP          | 12. Bolso          |
| 4. Mandato       | 13. Ouro           |
| 5. Rendimentos   | 14. Organizações   |
| 6. Contas        | 15. Distúrbios     |
| 7. Maternidade   | 16. Russificação   |
| 8. Sentença      | 17. Sicília        |
| 9. Nacionalidade | 18. Transferências |

DÁ  
ESPAÇO  
À TUA  
VOZ

CANAL DE DENÚNCIAS

O CANAL SEGURO E CONFIDENCIAL PARA O CIDADÃO  
ENVIAR-NOS A TUA DENÚNCIA ATRAVÉS DO EMAIL

euvi@folhanacional.pt

MEIA CHAPA,  
MÁXIMA LATA!

Imagine um violento acidente entre dois automóveis, que resultou em um deles ficar literalmente dividido ao meio. Mas o que há de insólito

lito nesta situação? O insólito foi que o veículo, mesmo partido em dois, continuou a circular durante alguns metros, com o condutor ao volante, como se nada se tivesse passado. Este episódio teve lugar em Campinas, no Brasil, e o acidente foi captado em vídeo. Nas imagens, é possível ver o momento da colisão entre os dois veículos, bem como o carro danificado a prosseguir caminho,



apesar de estar dividido.

De acordo com o canal G1, o automóvel em causa acumulava já várias infrações, milhares de euros em multas e encontrava-se legalmente impedido de circular devido ao seu mau estado de conservação. Ainda segundo a mesma fonte, o condutor saiu ileso e, no momento do acidente, transportava materiais recicláveis. O vídeo do estranho acidente rapidamente se tornou viral nas redes sociais.

CAPTURE O CÓDIGO E FIQUE A PAR DAS NOVIDADES



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PRÉMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUIPI, Nº 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRESA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIOfICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 38 700 UNIDADES